

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

FRANCINE GOMES DA SILVA

**SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO EM
DIREITOS HUMANOS: ANÁLISE PELA TEORIA DA ATIVIDADE**

PONTA GROSSA

2023

FRANCINE GOMES DA SILVA

**SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO EM
DIREITOS HUMANOS: ANÁLISE PELA TEORIA DA ATIVIDADE**

**MENTAL HEALTH OF PROFESSIONALS WHO WORK IN HUMAN RIGHTS
EDUCATION: ANALYSIS BY ACTIVITY THEORY**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientador: Profa. Dra. Andriele De Pra Carvalho.

Coorientador: Profa. Dra. Liliâne Canopf.

PONTA GROSSA

2023



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Curitiba



FRANCINE GOMES DA SILVA

**SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:
ANÁLISE PELA TEORIA DA ATIVIDADE**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Administração Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Administração Pública.

Data de aprovação: 28 de Novembro de 2023

Dra. Andriele De Pra Carvalho, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Fernanda Roda De Souza Araujo, Doutorado - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)

Janaina Piana, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Liliane Canopf, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Marcio Pascoal Cassandre, Doutorado - Universidade Estadual de Maringá (Uem)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 28/11/2023.

Dedico esse trabalho à minha família e aos meus amigos, pelo apoio e amor recebidos nos momentos mais difíceis da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Dra. Andriele de Prá Carvalho e minha coorientadora Dra. Liliane Canopf por todo auxílio.

A Secretaria do Curso, pela cooperação.

Aos meus pais Nilson e Luci por todo o suporte e compreensão nos momentos em que estive ausente.

Aos meus amigos Bruno, Kenji, Renan, Emylie, Jeanine e Larissa que sempre estiveram dispostos a me ouvir.

E agradeço especialmente a Aline Stephany S. Lopes por ter sido meu maior apoio durante essa trajetória.

Enfim, a todos os que por algum motivo contribuíram para a realização desta pesquisa.

“Antes, só havia escuridão. Se me perguntar, a luz está ganhando” (TRUE DETECTIVE, 2014).

RESUMO

A conquista por direitos relacionados ao trabalho é desenhada por uma construção sócio-histórica marcada por lutas, revoluções e confrontos, não obstante, os direitos e garantias já consolidados legalmente, ainda existem nas organizações de trabalho alguns problemas que os colocam trabalhadores em uma posição de vulnerabilidade, especialmente uma vulnerabilidade psíquica. Logo, a presente dissertação tem como objetivo analisar a saúde mental dos profissionais que atuam na educação em Direitos Humanos. Para atingir tal objetivo foi realizada uma revisão sistemática de literatura. Os resultados atingidos expõem a escassez de trabalhos que abordam a saúde mental dos trabalhadores pela perspectiva da Teoria da Atividade. Por fim, a Teoria da Atividade é destacada como um novo olhar para compreender a saúde mental no âmbito do trabalho.

Palavras-chave: saúde mental; Teoria da Atividade; trabalho; trabalhadores.

ABSTRACT

The achievement of rights related to work is designed by a socio-historical construction marked by struggles, revolutions and confrontations, despite the rights and guarantees already legally consolidated, there are still some problems in work organizations that place workers in a position of vulnerability, especially a psychic vulnerability. Therefore, this dissertation aims to analyze the mental health of professionals who work in Human Rights education. To achieve this objective, a systematic literature review was carried out. The results achieved expose the scarcity of works that address workers' mental health from the perspective of Activity Theory. Finally, Activity Theory is highlighted as a new perspective to understand mental health in the workplace.

Keywords: mental health; activity theory; work; workers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Primeira geração/sistema da Teoria da Atividade.....	29
Figura 2. Segunda geração/sistema da Teoria da Atividade.....	30
Figura 3. Terceira geração/sistema da Teoria da Atividade.....	31
Figura 4. Quatro etapas do método PRISMA.....	34
Figura 5. Item 1 ao 27 do <i>checklist</i> do método PRISMA	35
Figura 7. Três fases da utilização da análise de conteúdo.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Revisão Sistemática de Literatura.....	38
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DUDH	Declaração Universal de Direitos Humanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
SMRT	Saúde Mental Relacionada ao Trabalho

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
1.1	Problema de Pesquisa	13
1.2	Objetivos da Pesquisa	14
1.2.1	Objetivo Geral.....	14
1.2.2	Objetivos Específicos	14
1.3	Justificativa.....	15
1.4	Estrutura do Trabalho	16
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1	Da Contextualização do Trabalho	18
2.1.1	Conceito	18
2.1.2	Construção histórica e a origem do trabalho	19
2.2	Da Contextualização da Saúde.....	22
2.2.1	Conceito	22
2.2.2	Construção histórica e o cuidado com a saúde	23
2.2.3	Saúde Mental Relacionada ao Trabalho	25
2.3	Compreendendo A Teoria da Atividade	27
2.3.1	Lev Vygotsky (1896 – 1934): primeiras vertentes da Teoria da Atividade.....	28
2.3.2	Alexei Leontiev (1903-1979): reconstrução da Teoria da Atividade	29
2.3.3	Yrjö Engeström (1948): transformação da Teoria da Atividade em sistemas de atividades	30
3.	METODOLOGIA	32
3.1	Tipo de Pesquisa.....	32
3.2	Coleta de Dados.....	36
3.3	Análise e Tratamento dos Dados	37
4.	RESULTADOS.....	38
4.1	Revisão Sistemática da Literatura acerca da Saúde Mental, Trabalhadores e a Teoria da Atividade.....	38
4.1.1	Análise dos Resultados da Revisão Sistemática da Literatura acerca da Saúde Mental, Trabalhadores e a Teoria da Atividade	39
5.	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	42
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
7.	REFERÊNCIAS.....	46

1. INTRODUÇÃO

A conquista por direitos relacionados ao trabalho é produto de uma construção sócio-histórica suscetível de grandes lutas, revoluções e confrontos, desconstruída no Brasil somente a partir da Revolução de 1930, quando o Governo Provisório de Getúlio Vargas introduziu no país os Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, fazendo com que o trabalho ganhasse uma nova interface, nascendo junto a essa, uma legislação que trata sobre normas trabalhistas, tal como disciplina a Consolidação das Leis Trabalhistas criada em 1943 (ROMAR, 2018).

Nesse ínterim, fazendo correlação com o objeto do presente estudo, chama-se à atenção para a saúde mental relacionada ao trabalho, tema em alta incidência no Brasil e já implementada em diversas organizações, no qual constitui um campo de estudos intitulado como a “Saúde Mental Relacionada ao Trabalho – SMRT” (PAPARELLI; SATO; OLIVEIRA, 2011).

A Saúde Mental Relacionada ao Trabalho, em verdade, se refere a uma área destinada ao estudo das doenças ocupacionais, tendo como principal objetivo a proteção à saúde dos trabalhadores e a prevenção de doenças, acidentes, riscos ocupacionais ligados ao trabalho, buscando ampará-los frente aos direitos e garantias constitucionais (SOARES, 2020).

Contudo, mesmo havendo vários direitos e garantias consolidados legalmente, bem como um campo que regula a saúde mental relacionada ao trabalho, amparando os trabalhadores e suas necessidades, é inevitável que algumas problemáticas ainda persistem e provavelmente serão inesgotáveis frente a essa seara, justamente pela sua incidência, visibilidade e sobretudo pelas constantes transformações da própria humanidade (MENDES; DIAS, 1991).

Não obstante, é fato que, na última década, têm-se um aumento substancial e crescente de casos clínicos de afastamento de trabalhadores no setor de trabalho, em virtude do adoecimento psíquico, muito embora haja toda essa construção sócio-histórica produto de lutas, enfrentamentos e a criação de mecanismos para lapidar a saúde mental dos trabalhadores, tal como um instituto destinado a estes cuidados (PAPARELLI; SATO; OLIVEIRA, 2011).

Portanto, dado o caráter inesgotável dessa temática e o crescente número de casos de problemas de saúde mental no local de trabalho, é crucial observar a realidade e as expectativas em relação a esse assunto, razão pela qual uma escola

com foco em educação em Direitos Humanos é utilizada como objeto de análise, haja vista que a pesquisadora possui experiência profissional na instituição, o que propicia para o presente estudo uma análise favorável tanto do ponto de vista pessoal quanto do ponto de vista profissional da organização e de seus funcionários.

Assim, tendo em vista a necessidade do estudo e o aprofundamento do tema, esta pesquisa tem como objetivo central analisar a saúde mental dos profissionais que atuam na educação em Direitos Humanos contextualizar as relações de trabalho da escola, para analisar as condições, a organização e as relações socioprofissionais de trabalho sob a ótica dos próprios trabalhadores, apresentando ao final, uma cartilha de práticas para avaliar a saúde mental no contexto de trabalho.

1.1 Problema de Pesquisa

A saúde assume um papel crucial no contexto do bem-estar individual, dentre os componentes que são específicos para que o bem estar seja alcançado, a saúde mental se emerge como uma interface de extrema relevância, exercendo influência diretamente na qualidade de vida e na capacidade de desenvolvimento dos indivíduos, sobretudo no que se refere ao ambiente de trabalho, adquirindo, a saúde mental, maior destaque, uma vez que essa impacta significativamente a produtividade dos colaboradores, a satisfação destes e a capacidade das organizações de reter os seus talentos (CAMARGO, D. A; NEVES, S. N. H, 2004; KREIN, 2021).

Entretanto, é imperativo destacar que a negligência ou a falta de atenção à saúde mental dos trabalhadores acarreta danos em proporções consideráveis, tanto para os indivíduos quanto para as instituições, razão pela qual grandes são os desafios relacionados à saúde mental no ambiente de trabalho, tais como o estresse psicológico, a ansiedade, a depressão e o esgotamento, que reverberam em custos substanciais frente as empresas, manifestando-se por meio de indicadores como absenteísmo, presenteísmo e alta rotatividade, além de que é extremamente prejudicial para os colaboradores (GUIMARÃES, 2019).

Nesse sentido, para abordar as complexidades que circundam a saúde mental no contexto laboral, a Teoria da Atividade se revela de suma importância, posto que essa inicialmente concebida por Lev Vygotsky e Alexei Leontiev e posteriormente refinada por Yrjö Engeström, lança luz sobre as interações entre os indivíduos e o ambiente que os circundam, com especial ênfase no trabalho, reconhecido como

atividade central na vida das pessoas e objeto desta pesquisa (CENCI; DAMIANI, 2018).

Logo, a Teoria da Atividade destacará no decorrer da presente que o contexto de trabalho desempenha um papel fundamental na moldagem da subjetividade dos colaboradores e, conseqüentemente, em seu bem-estar, justamente porque estes são elementos cruciais dessa teoria, a exemplo das contradições, mediações e instrumentos, que desempenham um papel vital na análise das dinâmicas que influenciam a saúde mental dos trabalhadores.

Em que pese, a interação entre a saúde e a saúde mental dos trabalhadores no contexto organizacional se configure como um desafio de extrema relevância, a Teoria da Atividade servirá para a compreensão das influências do ambiente de trabalho no bem-estar dos colaboradores, principalmente para responder a pergunta central da presente pesquisa, tal como: “Como está a saúde mental dos profissionais que atuam na educação em Direitos Humanos?”.

1.2 Objetivos da Pesquisa

No referido capítulo serão apresentados os objetivos, geral e específicos que nortearam a seguinte pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

- Analisar a saúde mental dos profissionais que laboram na educação em Direitos Humanos.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Contextualizar as relações de trabalho dos profissionais que atuam na educação em Direitos Humanos;
- Identificar as condições de trabalho, a organização de trabalho e as relações socioprofissionais desses profissionais através da mensuração dos resultados; e
- Propor uma cartilha de práticas de avaliação da saúde mental no contexto do trabalho.

1.3 Justificativa

O título "Saúde Mental dos Profissionais que Atuam na Educação em Direitos Humanos: Análise pela Teoria da Atividade" direciona-se à investigação sobre a saúde mental dos trabalhadores neste campo específico. Essa pesquisa é impulsionada pela relevância de aprofundar o estudo da saúde mental no ambiente de trabalho, em consonância com a proposta de perspectiva da Teoria da Atividade, bem como busca oferecer uma contribuição substancial para a compreensão das dinâmicas que permeiam a saúde mental no contexto laboral e para o desenvolvimento de estratégias eficazes ao bem-estar dos colaboradores (CAMARGO; NEVES, 2004).

A importância da saúde mental dos trabalhadores é inegável, uma vez que ela desempenha um papel crucial no desempenho profissional, na qualidade de vida e na satisfação no trabalho. Entretanto, o aumento das dificuldades nesse âmbito reflete diretamente nas organizações, impactando a produtividade, elevando os custos relacionados ao absenteísmo e à rotatividade, e comprometendo o clima organizacional, razão pela qual compreender e abordar as questões de saúde mental no contexto do trabalho, é fundamental não apenas para o sucesso das organizações, mas também para o bem-estar dos funcionários (KREIN, 2021).

De acordo com Sandars (2005) e Jaworski et al. (2012), destaca-se a crescente relevância da Teoria da Atividade devido à sua capacidade de oferecer uma abordagem integrativa na análise e compreensão da aprendizagem humana, considerando também as profundas e motivações subjacentes à atividade como um todo. Por outro lado, Karanasios, Allen e Finnegan (2018) admitem a Teoria da Atividade como uma teoria social contemporânea aplicável ao estudo do trabalho e da interação social. Além disso, a TA enfatiza a influência cultural e confirma que a atividade está inserida em um contexto social mais amplo.

Logo, as ferramentas oferecidas pela Teoria da Atividade, tal como as contradições, mediações e instrumentos, são poderosas para analisar as complexidades do ambiente de trabalho e seu impacto na saúde mental (ENGESTRÖM; MIETTINEN; PUNAMÄKI, 1999, apud DUARTE, 2002).

Portanto, o desenvolvimento da presente busca preencher uma lacuna no entendimento da saúde mental no contexto do trabalho, explorando a Teoria da Atividade como para analisar e compreender a saúde mental dos trabalhadores.

Todavia, mister se faz explicar que essa abordagem não apenas fornece um novo olhar para os profissionais que atuam na educação em Direitos Humanos, mas também serve como exemplo para outras organizações que devem priorizar a saúde mental dos trabalhadores, visto que uma vez prejudicada, a saúde mental pode colocar em risco não apenas o bem-estar individual, mas também toda a estabilidade e eficiência de uma organização.

1.4 Estrutura do Trabalho

A presente estrutura segue uma organização que visa garantir clareza e coerência para a apresentação do trabalho, uma vez que ela é composta por diversas discussões interligadas, cada uma desempenhando um papel específico na exposição das informações e no desenvolvimento da pesquisa.

Nesse sentido, inicialmente, será apresentada a problemática que envolve o tema escolhido, destacando sua relevância e impacto. Além disso, serão delineados os objetivos da pesquisa, tanto o objetivo geral, que representa a meta principal do estudo, quanto os objetivos específicos, que detalham as etapas para atingir o objetivo geral. Ademais, é importante destacar que será fornecida uma justificativa para contextualizar a importância do estudo, demonstrando sua contribuição para a pesquisa em cheque, bem como será apresentado a estrutura do presente trabalho, fornecendo uma visão geral das ações subsequentes.

Ao tratar o capítulo “da contextualização do trabalho”, este terá como foco apresentar os conceitos e teorias que fundamentam a pesquisa, construindo uma contextualização acerca do trabalho, incluindo a definição de conceitos relevantes e a construção histórica do tema e seus conceitos.

Já o capítulo “da contextualização da saúde” abordará a construção da definição e conceitos relacionados à saúde, exploração da história do cuidado com a saúde e discussão sobre a relação entre saúde mental e o contexto do trabalho.

No que se refere ao capítulo “compreendendo a Teoria da Atividade”, compreenderá uma análise da Teoria da Atividade, incluindo os sistemas de atividades propostas por Vygotsky, Leontiev e Engeström, fornecendo uma base sólida para a pesquisa.

Na sequência, tem-se uma metodologia utilizada para a construção do presente trabalho, que descreverá o caminho trilhado para conduzir a pesquisa,

narrando o tipo de pesquisa escolhido, a forma como os dados foram encontrados, bem como o tratamento desses dados.

Nos resultados, serão apresentados os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada: a revisão sistemática da literatura sobre a saúde mental, trabalhadores e a Teoria da Atividade.

Na discussão dos resultados, por sua vez, os resultados serão interpretados à luz da Teoria da Atividade, bem como detalhados a partir da construção de saberes desenvolvidos nos capítulos anteriores, destacando as implicações dos resultados e a conexão com as teorias da atividade, permitindo uma análise profunda da presente pesquisa.

Por fim, serão apresentadas nas considerações finais as principais conclusões derivadas ao longo do estudo, destacando suas contribuições para a pesquisa e limitações, demonstrando uma visão abrangente do trabalho realizado. Além disso, serão selecionadas todas as fontes bibliográficas utilizadas ao longo do presente, visando o formato de citações acadêmicas legítimas e apresentará uma Cartilha de Proposta de Práticas de Avaliação da Saúde Mental no Contexto de Trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será abordada toda a base teórica na qual esta pesquisa se sustentou.

2.1 Da Contextualização do Trabalho

Ao pensar que lutar pela subsistência está associado ao ato de trabalhar, poder-se-á facilmente chegar à conclusão que, em verdade, mesmo que inconscientemente, o trabalho sempre existiu, se integrou e esteve presente de alguma maneira na humanidade (ROMAR, 2018).

Ora, se constituindo com o desígnio de criar, transformar, adaptar e substituir o espaço que acompanha os indivíduos, se desprendendo para tal do emprego da força física. Ora, se constituindo meramente para conservar e atender suas necessidades básicas, utilizando para isso a luta por vestes, alimentos e caças (ORNELLAS; MONTEIRO, 2006).

Contudo, existem outras nuances que formam e amparam o surgimento e a incidência do trabalho, justamente porque essa é uma transformação da natureza, que depende do agir dos indivíduos com o apoio de meios e instrumentos, seja em defesa das suas necessidades pessoais, seja em defesa do que outros necessitam, mas que precisam ser guiados por um projeto mental com energia e esforço (MARX, 1975).

Sendo assim, o capítulo em questão irá contextualizar o trabalho, apresentando conceitos, traçando uma narrativa da construção histórica e a origem do trabalho.

2.1.1 Conceito

Etimologicamente, a expressão “trabalho”, em conformidade com os ensinamentos de Suzana Albornoz (1994, p. 7) alude e traduz diversos significados, não obstante, a sua significância simplória e compreensível da atualidade, é possível entendê-la e aplicá-la em várias áreas, haja vista a sua interdisciplinaridade.

Sua expressão poderá ser traduzida como *laborare* em latim, *travailler* em francês, *lavorare* em italiano, *trabajar* em espanhol, *labour* em inglês, “emprego” em português, sendo estes conceitos expressores do ato em reproduzir uma ação, a qual poderá ser compreendida na atualidade como o exercício de uma profissão, um

emprego, um labor, uma atividade que propicia resultado rentável e positivo (ALBORNOZ, 1994).

Trata-se, portanto, de uma atividade complexa, multifacetada, polissêmica, que não apenas permite, mas exige uma multidisciplinariedade de olhares para sua compreensão que de acordo com Coutinho (2009, p. 189), deve ser compreendido como uma atividade realizada por indivíduos ou grupos, inserida no contexto social, descrita pela sua complexidade, dinamismo e constante evolução, ainda destacando que o trabalho se diferencia de outras formas de atividade devido à sua natureza reflexiva, consciente e orientada por propósitos, estratégica, instrumental e princípios morais.

Entretanto, nem sempre o trabalho foi visto, entendido e interpretado nos moldes da contemporaneidade, razão pela qual se faz necessário analisar o contexto histórico do trabalho, assim, superados os conceitos que amoldam a definição e concepção do trabalho, passa a analisar a construção histórica e a origem do trabalho.

2.1.2 Construção histórica e a origem do trabalho

É perceptível, que a partir do momento que o homem começa a se reunir em tribos, comunidades e povos, criando laços, afetos e desafetos, nascem, também, as lutas por poder, situação em que os mais “fracos” e “vulneráveis” se tornavam prisioneiros, detentos, reféns e os mais “fortes” possuíam o poder de mando, comando e autoridade, criando-se dois extremos lados (ORNELLAS; MONTEIRO, 2006).

Manifesta-se, portanto, na história da humanidade, sobretudo na construção do trabalho, um período denominado como escravidão, em meados do século XVII e XVIII, o qual teve como marco inicial as guerras e as conquistas por território, acima mencionadas, sendo este, o primeiro exemplo de trabalho estudado pela humanidade, sendo produto de constantes lutas e resiliência.

Os escravos, nesse ínterim, eram considerados propriedade do seu senhor, não possuindo nenhum direito e sendo tão-somente considerados como coisas e objetos, usufruídos apenas para a realização de serviços, em verdade, grandes máquinas de labor em grande escala, tais como: pecuária, lavoura, coleta, pesca e serviços domésticos, entre outros (MARTINS, 2000).

Na Grécia, sob a ótica de Plantão e Aristóteles, o trabalho era compreendido como pejorativo, como algo ruim e reprovável, era empregado como trabalho duro,

braçal e árduo, desempenhado apenas pelos escravos através do emprego da força física, não sendo esse considerado uma realização pessoal, mas sim, tido como uma obrigação, um mando, uma exigência determinada pelos seus “proprietários” (MARTINS, 2000).

Em terceiro plano, têm-se a servidão, uma espécie de escravidão mais moderada, ainda que os servos não fossem vendidos e tidos como produtos, o trabalho ainda era considerado como um castigo. No período em que os nobres não trabalhavam, essa figura era transmitida e determinada apenas aos servos, os quais comumente trabalhavam no campo; este momento que se estendeu por muito tempo na história, sendo este produto de uma problemática sociocultural desconstruída somente em meados do século XVIII e XIX (MARTINS, 2000).

Tal desconstrução se sobressai na história a partir da Revolução Francesa, momento quando os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade propiciam transformações nas relações sociais, sobretudo no que se refere às condições de trabalho, transformando as perspectivas tidas quanto à figura do trabalhador, empregado e suas problemáticas (SILVA; NUNES; OTTANI, 2018).

Sobrevém a Revolução Industrial, na constância do século XIX em meados de 1840 e 1870, quebrando os paradigmas com a particularidade da substituição do trabalho artesanal pelo assalariado por meio de máquinas mecânicas de fiar, tear e vapor, causando grande impacto na humanidade, transformando os meios de produção anteriormente utilizados (ORNELLAS; MONTEIRO, 2006).

Trata-se, portanto, de uma transição em que o trabalho e suas condições se transmutam em emprego, é remunerado com pecúnia e regulado por meio de contratos, mesmo que mediante livre acordo entre as partes – empregado e empregador – e sem a parametrização de verbas indenizatórias ao final de suas vigências (MARTINS, 2000).

Ocorre também o êxodo rural para as cidades em busca de melhores trabalhos e condições de vida, o Governo começa a intervir na vida das pessoas com o intuito de transformar o trabalho, sobretudo suas condições, figura tida como uma situação precária e desgastante, em algo justo, honroso e lucrativo (SILVA; NUNES; OTTANI, 2018).

Todavia, mesmo havendo tais evoluções no que se refere ao trabalho, bem como a sua transformação em emprego, tal período, ainda, era marcado por diversas instabilidades e inconsistências, razão pela qual foram visíveis as marcas e cicatrizes

deixadas por todo o sofrimento gerado durante esse período, não restando outra alternativa senão concorrer e reivindicar condições melhores e favoráveis em prol do trabalho através de greves e manifestações, ganhando, assim, cada vez mais força e visibilidade à época.

As greves e manifestações, no que lhe concerne, eram motivadas e ocasionadas pela insatisfação e irrisignação dos trabalhadores em virtude das condições de trabalho insalubres, jornadas superiores, tidas como excessivas jornadas noturnas, bem como por possuir remunerações baixíssimas, e frequentemente pela grande ocorrência de acidentes no ambiente de trabalho (LOUREIRO, 1967).

Surge, conseqüentemente, com o desígnio de regular tais situações, um ramo do Direito, denominado como Direito do Trabalho, o qual tem por objeto regular os direitos e garantias, instituir normas e aplicar princípios para que as relações de trabalho e seus sujeitos — empregador e empregado — sejam disciplinados e protegidos (ROMAR, 2018).

Tal instituto é marcado pela criação de direitos e garantias que proporcionam para todos os trabalhadores, o tratamento de forma igualitária, garantindo o mínimo necessário para a sobrevivência e um trabalho digno com condições favoráveis. No entanto, cumpre destacar que tais inovações não se restringem apenas à criação de mecanismos que regulam tão-somente à relação de trabalho, mas, sem dúvidas tudo que está em volta dessa, tal como: a saúde dos trabalhadores (ROMAR, 2018).

Destaca-se também, a evolução legislativa no que tange o Direito do Trabalho, visto que através das grandes transformações e mutações incorporadas pela Constituição Federativa Mexicana em 1917, fora possível conceder uma vasta esteira de direitos, garantias e princípios em prol dos trabalhadores, inspirando outros tantos países da América Latina (ROMAR, 2018).

Tais transformações e mutações abarcaram o Tratado de Versalhes, a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a adoção pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948 da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), a qual sincretizou a segurança e saúde no trabalho, a humanização e compreensão do trabalho não mais como uma mercadoria, e sim, como um direito social capaz de propiciar dignidade e ser visto como algo honroso (ROMAR, 2018).

2.2 Da Contextualização da Saúde

A saúde é um bem inestimável que permeia todos os aspectos da vida humana, sendo essencial para o desenvolvimento de bem-estar e a qualidade de vida, essa abrange uma gama diversificada de dimensões, incluindo a saúde física, psicológica e social, todas interligadas em uma complexa teia de influências e interações (SILVA, 2012).

Dentro do contexto de sociedades cada vez mais voltadas para a produtividade e o desempenho, a saúde se torna um tema de grande relevância incontestável, especialmente quando se trata da saúde mental relacionada ao trabalho, elemento que afeta não apenas o bem-estar dos trabalhadores, mas também a produtividade e a competitividade das organizações (UFLA, 2021).

Sendo assim, o capítulo em questão irá contextualizar a saúde, apresentando conceitos, traçando uma narrativa acerca da construção histórica e a origem da saúde, abordando sobre a saúde mental relacionada ao trabalho, caracterizando e demonstrando a sua importância frente às organizações de trabalho.

2.2.1 Conceito

A definição da expressão “saúde”, em conformidade com os ensinamentos de Plácido e Silva (2014, p. 1903) origina-se do latim *salus* ou *salude*, o qual exprime o significado de conservação de vida, cura e bem-estar, designando, também, o estado de saúde e sanidade dos seres vivos de um grupo ou comunidade.

Remete-se à condição de alguém em estado saudável com completo bem-estar físico, mental e psicológico, de maneira alinhada, favorável e em boas condições, demonstrando vigor e robustez para exercer atividades diárias, ou seja, alguém que possui uma vida saudável estável, tal como os demais conceitos que serão abordados no presente, a saúde é produto de uma construção histórica, que é desenhada há milhares de anos e se estende até à época atual (SILVA, 2012).

Nesse sentido, Almeida Filho (2011, p. 983) argumenta de forma abrangente, com base em considerações socio-históricas, que uma concepção de saúde pode ser interpretada de várias maneiras: como um estado de equilíbrio que requer a regulação de uma adaptação da bioecologia ao padrão normal; como uma função que resulta da harmonia entre o organismo interno e o ambiente externo; como a mera ausência de

doença, caracterizada pela neutralização de agentes patológicos; ou ainda, como um processo mais amplo influenciado por diversos fatores determinantes que afetam defeitos, lesões, carências ou deficiências em organismos vivos.

Da mesma maneira, a Organização Mundial da Saúde – OMS também reconhece que o direito à saúde estava substanciado em imputar para o Estado a obrigação da promoção e proteção da saúde, diz que "Saúde é o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade" (SCLIAR, 2007).

No entanto, importa salientar que mesmo havendo vários conceitos, reconhecível é que alcançar um estado de bem-estar integral é uma tarefa difícil, sendo pertinente refletir acerca da complexidade inerente ao conceito de saúde, e a expansão dessa perspectiva emerge como um elemento crucial na busca pela sua eficácia (GAINO et al., 2018).

Assim, superada a análise conceitual da contextualização da saúde, passa-se a analisar a construção histórica e o cuidado com a saúde para que em um segundo momento realize-se a abordagem detalhada da saúde mental no contexto do trabalho.

2.2.2 Construção histórica e o cuidado com a saúde

Inicialmente, o entendimento do conceito de saúde era posto como o oposto de ser saudável, atrelado, tão-somente, ao estado de ser doente. Todavia, tal entendimento não prosperava, em verdade, as doenças estavam ligadas com o estilo de vida das pessoas, e não objetivamente se essas possuíam doenças ou não, nascendo, assim, a necessidade de desenvolver estudos epidemiológicos e anatômicos com o intuito de pacificar tal entendimento (PITANGA, 2002).

Tais estudos epidemiológicos e anatômicos, no que lhe concerne, estudados no século XVIII, passaram a interpretar a saúde como uma construção social, econômica, política e cultural, deixando em outro plano, a visão da saúde como uma doença, ou qualquer outra situação que significasse algo negativo na vida saudável ou não das pessoas (PITANGA, 2002).

Isto é, a ideia de saúde era influenciada pela interação de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, o que resultava na percepção de que a saúde não era uniforme entre as pessoas, estando sujeita a mudanças ao longo do tempo, dependendo do contexto histórico, localização geográfica e posição na estrutura

social, moldados por valores pessoais e influências de cunho científico, religioso e filosófico, se assemelhando muito bem com o conceito de doença, o qual era variável e continha interpretações diversas (SCLIAR, 2007).

Ainda, frisa-se que nesse período, colaborando com essa interpretação, a Revolução Industrial do século XIX, marcada pelo crescimento das cidades, desenvolvimento do setor econômico, crescentes condições de vida e inovações com relação ao trabalho, constantemente se agravavam, em razão da exploração de trabalhadores em condições insalubres, motivando, assim, o estudo da saúde sob essa outra ótica (PITANGA, 2002).

Isto porque, evidenciou grandes perdas com relação à mão de obra dos trabalhadores, ou seja, verificou-se que os trabalhadores começaram a “falhar” frente as suas funções, razão pela qual se institui pela primeira vez, o corpo médico nos ambientes de trabalho para mais tardar, existir o que chamamos na atualidade de “Saúde Mental Relacionada ao Trabalho – SMRT” (MENDES; DIAS, 1991).

Essas perdas com relação à mão de obra dos trabalhadores ocorreram em virtude das condições de trabalho precárias, a falta de proteção social, a falta de movimentos e sindicatos trabalhistas, e tantas outras situações que marcaram esse triste período histórico (SMITH, 2023).

Além disso, é importante reconhecer que os trabalhadores e as suas organizações sindicais lutaram ao longo do tempo para conquistar melhores condições de trabalho, negociações justas, e direitos laborais; muito embora tenham enfrentado desafios significativos, suas ações e mobilizações desenvolvidas para o desenvolvimento de legislações trabalhistas e melhorias nas condições de trabalho que beneficiam gerações posteriores (CARVALHO, 2019).

Outro ponto importante é enfatizar que, até aqui, não existia ainda um conceito que tratasse de maneira objetiva o conceito de saúde, ocasião na qual a Organização Mundial da Saúde (OMS), difundiu universalmente o conceito de saúde como “o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou a constância desta” (UFLA, 2021).

Isto é, a pacificação de um conceito somente se deu após a Segunda Guerra Mundial, quando sobreveio a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), razão pela qual instituíram-se na carta de princípios de 7 de abril de 1948, desde então comemorado como o Dia Mundial da Saúde, o reconhecimento do direito à saúde e a luta por ele (SCLIAR, 2007).

Outro aspecto de relevância, a ser enfatizado, reside na importância de atender à saúde em todas as suas dimensões, abrangendo tanto o bem-estar físico quanto o psicológico e o social, de maneira que essa abordagem não apenas garante ao indivíduo uma melhor qualidade de vida, mas também promove um senso aprimorado de contentamento e segurança (MENDES; DIAS, 1991).

Além disso, no contexto laboral contemporâneo, observa-se uma mudança na percepção da saúde, que não mais é considerada da mesma forma que em períodos anteriores, constituindo, inclusive, melhorias no sentido de implantar regulamentações técnicas e protocolos destinados a orientar os trabalhadores na abordagem mais aprofundada da saúde mental no ambiente de trabalho (BENDASSOLLI, 2012).

Desse modo, tendo como objetivo explicar de maneira aprofundada a saúde mental relacionada ao trabalho, passa-se a tratar objetivamente sobre o tema para que na sequência, a Teoria da Atividade seja analisada.

2.2.3 Saúde Mental Relacionada ao Trabalho

No que se refere a saúde mental, essa se conceitua como aquela que descreve a qualidade cognitiva e emocional de alguém e ainda, designa a existência de alguma inconsistência ou incompatibilidade mental e emocional, a qual pode ser diagnosticada através de um psicólogo ou psiquiatra (DICIO, 2022).

Além disso, instituiu-se também, como aspecto conceitual da saúde mental, o conceito que entende a saúde mental é um estado de bem-estar em que um indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades para recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a comunidade (UFLA, 2021).

Conjuntamente a esses conceitos, a importância da saúde mental também é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde – OMS como não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade”, mas como “um estado completo de bem-estar físico, mental e social em que o indivíduo está ciente de suas próprias habilidades, podendo enfrentar tensões da vida, trabalhar de forma produtiva e ser capaz de contribuir consigo e com a comunidade (UFLA, 2021).

Com relação à saúde mental e trabalho, Souza e Guimarães (1999, p. 23) disciplinam:

A Saúde Mental e Trabalho é o estudo da dinâmica, da organização e dos processos de trabalho, visando à promoção da Saúde Mental do trabalhador,

por meio de ações diagnósticas, preventivas e terapêuticas eficazes (SOUZA; GUIMARÃES, 1999).

Logo, evidente é que, a saúde e o trabalho são conceitos amplamente abordados que estão interligados, justamente por que estes são produtos de uma construção sócio-histórica que carregam em seu bojo não apenas conflitos, mas a lutas por direitos e o reconhecimento, os quais geraram grandes transformações para a humanidade, sobretudo no que se refere às transformações econômicas, sociais e aqui, objetivamente, trabalhistas (FERREIRA & MENDES, 2003).

Todavia, é importante destacar que essas modificações ocorrem pelas próprias transformações dos indivíduos mediante as relações que estes estruturam ao longo da sua existência, em virtude de fatores biológicos, psicológicos e sociais até o momento que estas se colidam com o sofrimento mental no trabalho, ocasionando prejuízos não apenas para os trabalhadores, mas para o desenvolvimento profissional destes e para as organizações (HELOIDE & CAPITÃO, 2003).

Isto é, a saúde mental é compreender o ser humano na sua totalidade, abrangendo dimensões biopsicossociais, o ambiente social em que esse está inserido e o estágio de desenvolvimento que o atravessa. Nessa perspectiva, pode-se conceber a saúde mental como um estado de equilíbrio em constante evolução, resultado da interação entre o indivíduo e seus diversos sistemas que incluem tanto o mundo interno quanto externo, suas características físicas e suas influências pessoais e familiares (FONSECA, 1985).

Não obstante, cumpre destacar também que, mesmo havendo uma vasta e significativa evolução no que se refere à saúde e as relações de trabalho que integram esse meio, mister se faz sustentar que ainda existem pontos controversos que devem ser tratados e abordados quando se trata de saúde mental relacionada ao trabalho (CAMARGO; NEVES, 2004).

Posto que, de um lado, têm-se as mudanças nos ambientes de trabalho que proporcionam melhorias gerais nas condições laborais, resultando em locais mais higiênicos, menos prejudiciais à saúde e com menor incidência de acidentes profissionais e doenças relacionadas e de outro, procedimentos de trabalho que levam os trabalhadores para novas aflições e fraquezas, predominantemente associadas ao bem-estar psicológico dos trabalhadores, o que faz com que fiquem evidentes os números de profissionais que se beneficiam de forma prematura de benefícios como

o auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, que refletem esse novo cenário (GUIMARÃES, 2019).

Essas novas aflições e fraquezas, por sua vez, são geradas pelo estresse do trabalho, desencadeadas muitas vezes pelos desafios e pela pressão do trabalho que se tornam periódicas ou excessivas, justamente pela falta de apoio da gestão, conflitos interpessoais, assédio moral, insegurança no trabalho, falta de reconhecimento e tantas outras situações que podem desenvolver problemas à saúde mental, como ansiedade e depressão, a longo prazo (SOUZA; GUIMARÃES, 1999).

Após examinar detalhadamente a compreensão conceitual da inserção da saúde no contexto histórico, assim como a atenção à saúde e à saúde mental no ambiente de trabalho, o próximo passo é explorar a Teoria da Atividade e seus sistemas, com o objetivo de observar as pessoas em suas singularidades, em grupos e em uma variedade de sistemas.

2.3 Compreendendo a Teoria da Atividade

Não obstante, inicialmente, necessário se faz, compreender a Teoria da Atividade para que, em um segundo momento, a sua aplicabilidade seja visualizada e tratada junto à saúde mental dos profissionais que atuam na área de educação em Direitos Humanos.

Logo, denomina-se, portanto, a Teoria da Atividade como a Teoria Histórica Cultural da Atividade ou *Cultural-Historical Activity Theory* por meio da sua sigla inglesa “CHAT”, a qual se refere a um cenário teórico, inspirado e idealizado pelos ideais marxistas, desde meados de 1920 e 1930 por Lev Vygotsky, Alexei Leontiev até Yrjö Engeström (CENCI; DAMIANI, 2018).

Refere-se de uma área preocupada com a análise da constituição do ser humano, sua consciência na atividade social, seus comportamentos e postura, oportunidade na qual o ser humano é considerado como um organismo que não pode ser analisado de forma individualizada (CENCI; DAMIANI, 2018).

A Teoria da Atividade para autores contemporâneos é uma abordagem multidisciplinar nas ciências humanas com raízes empregadas e herdadas da psicologia histórico-cultural iniciada por Vygotsky, Leontiev e Luria. Entende-se que a Teoria da Atividade tem como objeto de análise o sistema da atividade coletiva orientada por um objeto e mediada por artefatos, criando pontes entre o sujeito

individual, estrutura social, e no presente estudo, as relações de trabalho (ENGESTRÖM; MIETTINEN; PUNAMÄKI, 1999, apud DUARTE, 2002).

Inclusive, Engeström (2010; 2013) destaca que a Teoria da Atividade, comumente utilizada na seara da psicologia, deve ser abarcada diante de tantas outras áreas de maneira interdisciplinar, posto que essa, na visão do doutrinador, se aplica em todas as ciências sociais e humanas justamente porque são as atividades que definem os indivíduos e os constituem como seres humanos.

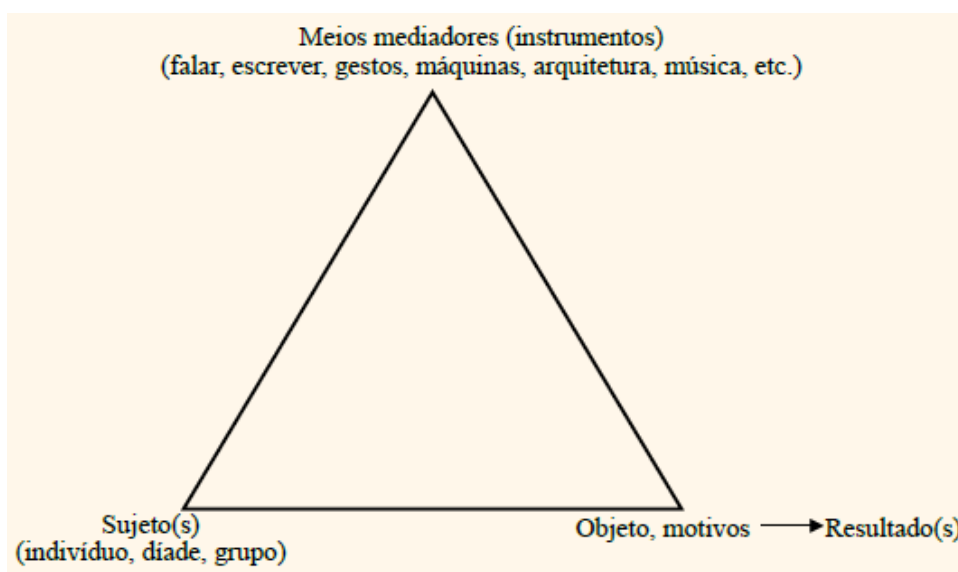
Karanasios, Allen e Finnegan (2018) também se posicionam sustentando que a Teoria da Atividade é uma estrutura teórica internacional de teorias que estuda o trabalho e a atividade humana na seara da organização, gestão, educação, tecnologia, dentre outras áreas, e se constitui ao longo da história por meio de princípios básicos para a criação de outras teorias, e no que se refere a Teoria da Atividade, essa se assenta por meio de três gerações, o que no presente prefere-se chamar como sistemas.

À vista disto, superados os conceitos, composição e características da Teoria da Atividade, passa a analisar os sistemas da Teoria da Atividade, os quais, como já mencionados foram instituídos pelos autores Vygotsky, em segundo momento por Leontiev e por último, Engeström.

2.3.1 Lev Vygotsky (1896 – 1934): primeiras vertentes da Teoria da Atividade

Em meados do século XX, na constância da União Soviética, Lev Vygotsky instituiu a Primeira geração da Teoria da Atividade ao defender que a Teoria da Atividade estava intimamente ligada com a compreensão da consciência humana, a partir das relações marcadas por um contexto histórico e cultural que se desenvolviam (VYGOTSKY, 1991, apud CENCI; DAMIANI, 2018).

Isto é, Vygotsky, compreendia que atividade era uma ação mediada por um artefato e orientada em face de um objetivo, ou seja, toda atividade humana era motivada em transformar um objeto em resultado, usando para isso, o emprego de um artefato mediador (figura 1).

Figura 1: Primeira geração/sistema da Teoria da Atividade

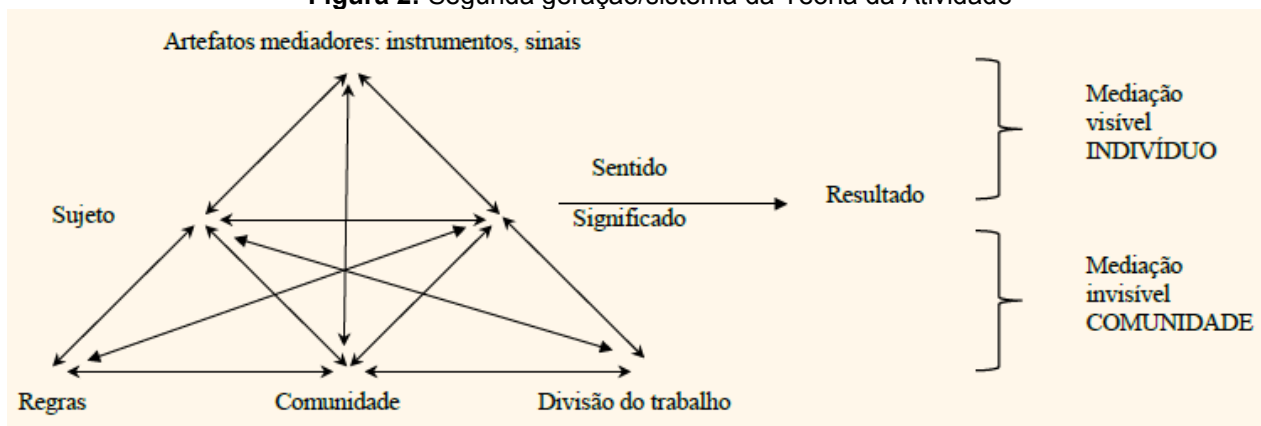
Fonte: Engeström (1987).

Aqui, chama-se a atenção para a importância dos objetos e sua influência mediadora nas ações, posto que essa é a principal característica da Teoria da Atividade, sobretudo da primeira geração, justamente porque o ser humano é direcionado e motivado por objetivos (VYGOTSKY, 1991, apud CENCI; DAMIANI, 2018).

2.3.2 Alexei Leontiev (1903-1979): reconstrução da Teoria da Atividade

A segunda geração da Teoria da Atividade foi instituída por Alexei Leontiev (1903-1979) na segunda metade do século XX, quando a União Soviética era marcada pelo stalinismo, e propunha que a consciência é concebida em decorrência da atividade do trabalho humano coletivo (LEONTIEV, 1978, 1983, apud CENCI; DAMIANI, 2018).

Isto é, Leontiev, muda a ênfase do indivíduo para a coletividade, ao entender, portanto, que a coletividade é motivada em transformar um objeto em resultado usando para isso um artefato mediador combinado com regras que integraram todos os indivíduos que fazem parte daquela comunidade, dividindo os trabalhos (figura 2).

Figura 2: Segunda geração/sistema da Teoria da Atividade

Fonte: Engeström (1987).

Leontiev supera a limitação da primeira geração, deixando de focar a unidade de análise exclusivamente em um indivíduo, passando a demonstrar que as atividades podem ser desenvolvidas de maneira coletiva e ampliada, acrescentando elementos como a comunidade, regras e a divisão do trabalho, destacando a importância de analisar as interações de forma mútua (LEONTIEV, 2000).

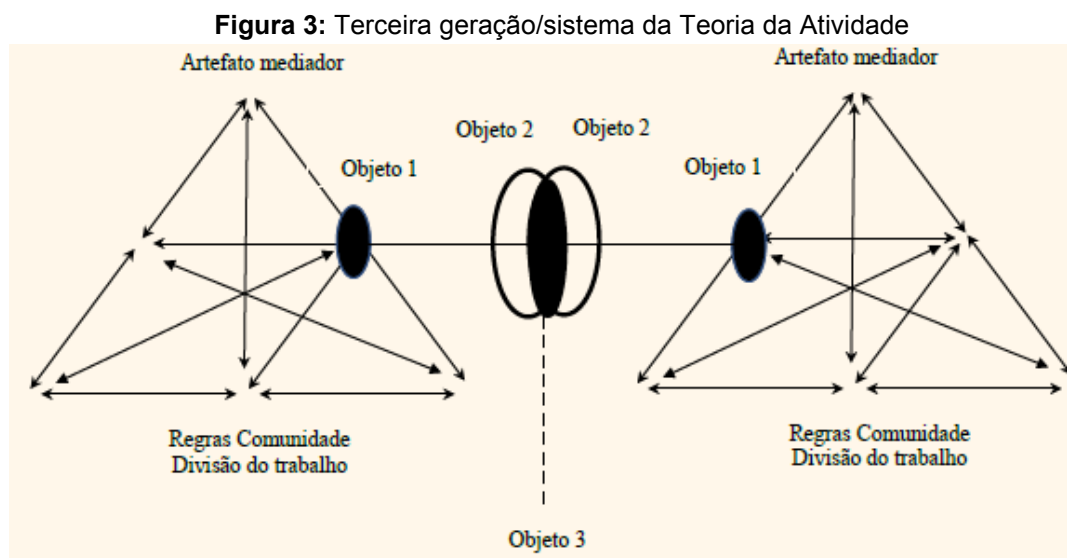
Todavia, ao contrário do que acontece na Primeira Geração da Teoria da Atividade, o indivíduo não atua mais em função da sua individualidade, mas sim, em prol da comunidade, posto que em alguns casos, haverá a necessidade de recuar e realizar um passe para o atacante para que esse faça o tão esperado gol, por exemplo.

2.3.4 Yrjö Engeström (1948): transformação da Teoria da Atividade em sistemas de atividades

A Terceira Geração instituída por Yrjö Engeström, no fim do século XX e início do século XXI, por sua vez, se ocupou em investigar a aprendizagem, enfatizando o desenvolvimento coletivo ao invés do desenvolvimento da consciência individual, abordando a aprendizagem sob a ótica de um contexto compartilhado, em diferentes cenários e potenciais que essa atividade proporciona (ENGESTRÖM, 1987, 2010, 2013, apud CENCI; DAMIANI, 2018).

Isto é, Engeström (1987, 1999, 2001, 2009, 2010 e 2013), expande a perspectiva da atividade transformando-a em sistemas de atividades que potencialmente trabalham em torno de um objeto, compreendendo, portanto, que a coletividade é motivada em transformar um objeto em resultado usando para isso um artefato mediador, todavia, paralelo a essa coletividade, existem tantas outras que

também estão predestinadas a buscarem seus resultados, os quais podem interagir e afetar a atividade principal (figura 3).



Fonte: Engeström (1987).

O intuito do modelo de Engeström, em verdade, é transcender o caráter individual da atividade, em direção a um caráter coletivo, que represente de uma maneira precisa todos os elementos sociais e histórico-culturais presentes em toda atividade humana, ou seja, representam redes de sistemas interativos de atividade (ENGESTRÖM, 1987, 1999, 2001, 2009, 2010, 2013).

Logo, a Terceira Geração da Teoria da Atividade desenvolvida pela pesquisa formulada por Engeström, utiliza dois sistemas de atividades como uma única unidade mínima de análise, a qual possibilita o estudo de atividades intraorganizacionais, identificando tensões e contradições que ocorrem nos sistemas intra e interatividades, aspectos que não são abordados pela segunda geração (ENGESTRÖM, 1987, 1999, 2001, 2009, 2010, 2013).

À vista disso, tendo em vista as questões conceituais que contornam a saúde mental, os trabalhadores e a Teoria da Atividade, passa-se a analisar os resultados encontrados e analisados para a construção da presente dissertação.

3. METODOLOGIA

No referido capítulo será apresentada a metodologia utilizada para desenvolver o presente trabalho, a qual se divide em três tópicos, tais como: o tipo da pesquisa, a coleta de dados, bem como a análise e tratamento dos dados.

3.1 Tipo de Pesquisa

A pesquisa desenvolvida classifica-se por natureza descritiva, em consonância com os ensinamentos de Vergara (2000), posto que a pesquisa descritiva expõe e propicia características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza, isto é, se trata de conhecimentos que desenvolvidos e assimilados, saem do mundo dos ideais e passam a auferir praticidade e tecnicidade.

Além disso, classifica-se como exploratória, em virtude dos ensinamentos de Gil (2008), o qual disciplina que essa se enquadra como exploratória justamente por explicitar a situação envolvida no contexto, envolvendo levantamento literário em fontes experientes com o problema pesquisado, isto é, se trata de uma metodologia que se desenvolve através da investigação.

Outrossim, a presente pesquisa, é tida também como um estudo aplicado em virtude dos ensinamentos de Barros e Lehfeld (2000, p. 78) ao entender que a pesquisa aplicada tem como motivação a necessidade de produzir conhecimento para que em um segundo momento seja realizada a aplicação de seus resultados com o objetivo de “contribuir para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade”.

Logo, é importante destacar que a presente definida como descritiva, exploratória e aplicada, deu subsídio para discorrer acerca das condições de trabalho, a organização geral do trabalho e as relações socioprofissionais no ambiente laboral; cumpre esclarecer também, que para o presente estudo, foi utilizado concomitantemente aos tipos e técnicas de metodologia, as perspectivas relativas à Teoria da Atividade (CENCI; DAMIANI, 2018).

Antecipa-se que, essa teoria tem como fundamento a prática social, como menor unidade significativa para análise, tendo como foco desta abordagem, a

correlação entre a aprendizagem e o desenvolvimento humano nas organizações, a qual foi evidenciada pelos profissionais que atuam na educação em Direitos Humanos.

Ainda, foi proposto uma cartilha de práticas de avaliação da saúde mental no contexto de trabalho. Essa cartilha, por sua vez, fornece diretrizes práticas de como aplicar a Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho, à fim de observar as condições de trabalho, as necessidades dos trabalhadores e as áreas que necessitam de intervenção para melhorar a saúde mental no ambiente profissional.

À vista disto, superada as considerações acerca dos tipos de metodologias utilizados para a consecução do presente, passa a observar as técnicas de coleta de dados, tal como a revisão sistemática da literatura baseada nas obras que tratam acerca da saúde mental no contexto do trabalho.

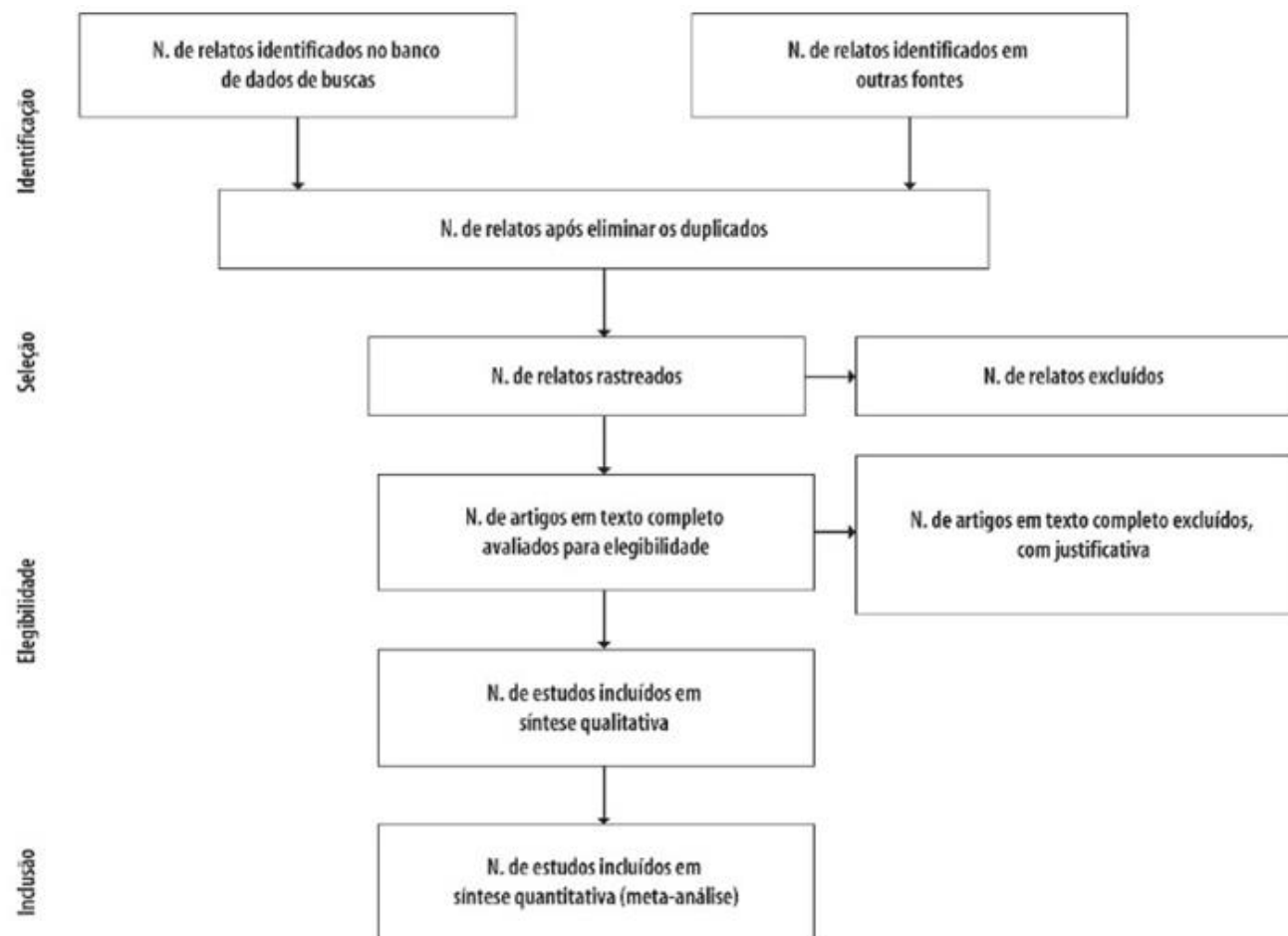
3.2 Coleta de Dados

A coleta dos dados foi realizada e desenvolvida através de duas etapas, a primeira diz respeito a uma revisão sistemática da literatura baseada nas obras que tratam acerca da saúde mental dos trabalhadores e a Teoria da Atividade por meio dos bancos de periódicos eletrônicos, tal como: SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), SCOPUS e *Web of Science* com o intuito de realizar uma revisão sistemática, utilizou-se para isso o método PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) antes tida como QUORUM (*Quality of Reporting of Meta-Analyses*), a qual mesmo passando por atualizações, atende aos avanços conceituais obtidos na meta-análise.

Tal técnica, no que lhe concerne, se refere a utilização de métodos estatísticos em uma revisão da literatura para a integração dos resultados obtidos, utilizando-se um fluxograma de 4 etapas com o objetivo de apoiar os autores durante as revisões sistemáticas e meta-análises (GALVÃO; ANDRADE; HARRAD, 2015).

Na Figura 4, vejamos o fluxograma das etapas:

Figura 4: Quatro etapas do método PRISMA



Fonte: (GALVÃO; ANDRADE; HARRAD, 2015).

Além disso, salienta-se também que será utilizado um *checklist* de 27 itens, o qual compõem o método prisma, dando amparo aos autores durante as revisões sistemáticas e meta-análises (GALVÃO; ANDRADE; HARRAD, 2015).

Na Figura 5, a descrição dos itens, vejamos:

Figura 5: Item 1 a 27 *checklist* do método PRISMA

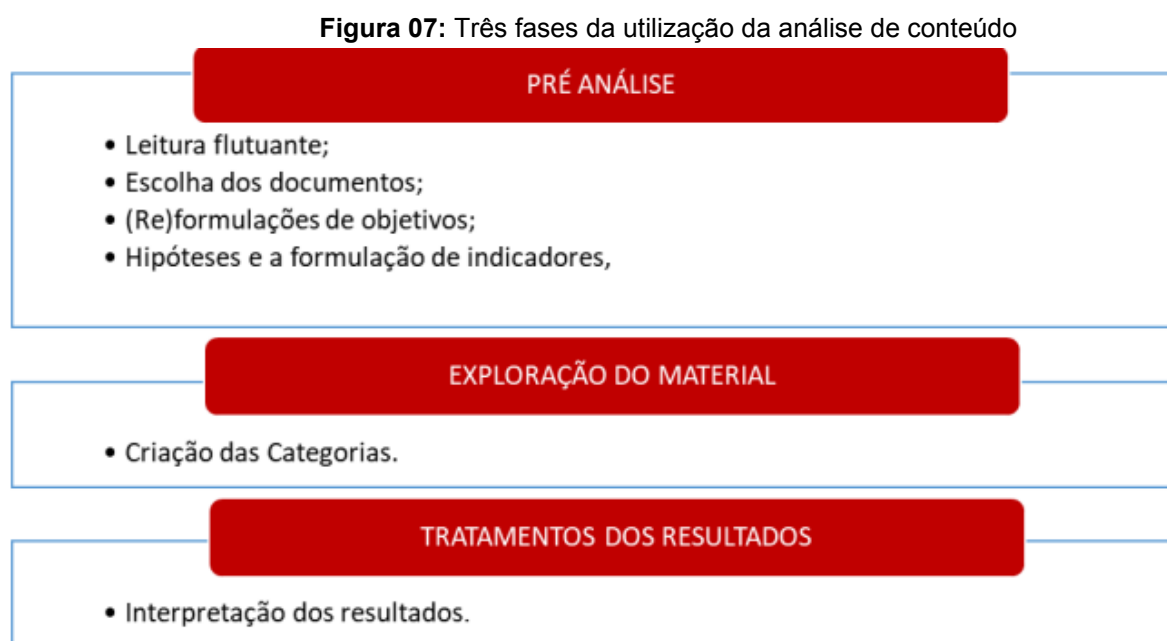
Seção/tópico	N. Item do <i>checklist</i>	Relatado na página nº
TÍTULO		
Título	1	Identifique o artigo como uma revisão sistemática, meta-análise, ou ambos.
RESUMO		
Resumo estruturado	2	Apresente um resumo estruturado incluindo, se aplicável: referencial teórico; objetivos; fonte de dados; critérios de elegibilidade; participantes e intervenções; avaliação do estudo e síntese dos métodos; resultados; limitações; conclusões e implicações dos achados principais; número de registro da revisão sistemática.
INTRODUÇÃO		
Racional	3	Descreva a justificativa da revisão no contexto do que já é conhecido.
Objetivos	4	Apresente uma afirmação explícita sobre as questões abordadas com referência a participantes, intervenções, comparações, resultados e delineamento dos estudos (PICOS).
MÉTODOS		
Protocolo e registro	5	Indique se existe um protocolo de revisão, se e onde pode ser acessado (ex. endereço eletrônico), e, se disponível, forneça informações sobre o registro da revisão, incluindo o número de registro.
Crítérios de elegibilidade	6	Especifique características do estudo (ex.: PICOS, extensão do seguimento) e características dos relatos (ex. anos considerados, idioma, a situação da publicação) usadas como critérios de elegibilidade, apresentando justificativa.
Fontes de informação	7	Descreva todas as fontes de informação na busca (ex.: base de dados com datas de cobertura, contato com autores para identificação de estudos adicionais) e data da última busca.
Busca	8	Apresente a estratégia completa de busca eletrônica para pelo menos uma base de dados, incluindo os limites utilizados, de forma que possa ser repetida.
Seleção dos estudos	9	Apresente o processo de seleção dos estudos (isto é, rastreados, elegíveis, incluídos na revisão sistemática, e, se aplicável, incluídos na meta-análise).
Processo de coleta de dados	10	Descreva o método de extração de dados dos artigos (ex.: formulários piloto, de forma independente, em duplicata) e todos os processos para obtenção e confirmação de dados dos pesquisadores.
Lista dos dados	11	Liste e defina todas as variáveis obtidas dos dados (ex.: PICOS, fontes de financiamento) e quaisquer suposições ou simplificações realizadas.
Risco de viés em cada estudo	12	Descreva os métodos usados para avaliar o risco de viés em cada estudo (incluindo a especificação se foi feito no nível dos estudos ou dos resultados), e como esta informação foi usada na análise de dados.
Medidas de sumarização	13	Defina as principais medidas de sumarização dos resultados (ex.: risco relativo, diferença média).
Síntese dos resultados	14	Descreva os métodos de análise dos dados e combinação de resultados dos estudos, se realizados, incluindo medidas de consistência (por exemplo, I ²) para cada meta-análise.
Risco de viés entre estudos	15	Especifique qualquer avaliação do risco de viés que possa influenciar a evidência cumulativa (ex.: viés de publicação, relato seletivo nos estudos).
Análises adicionais	16	Descreva métodos de análise adicional (ex.: análise de sensibilidade ou análise de subgrupos, metarregressão), se realizados, indicando quais foram pré-especificados.
RESULTADOS		
Seleção de estudos	17	Apresente números dos estudos rastreados, avaliados para elegibilidade e incluídos na revisão, razões para exclusão em cada estágio, preferencialmente por meio de gráfico de fluxo.
Características dos estudos	18	Para cada estudo, apresente características para extração dos dados (ex.: tamanho do estudo, PICOS, período de acompanhamento) e apresente as citações.
Risco de viés em cada estudo	19	Apresente dados sobre o risco de viés em cada estudo e, se disponível, alguma avaliação em resultados (ver item 12).
Resultados de estudos individuais	20	Para todos os desfechos considerados (benefícios ou riscos), apresente para cada estudo: (a) sumário simples de dados para cada grupo de intervenção e (b) efeitos estimados e intervalos de confiança, preferencialmente por meio de gráficos de floresta.
Síntese dos resultados	21	Apresente resultados para cada meta-análise feita, incluindo intervalos de confiança e medidas de consistência.
Risco de viés entre estudos	22	Apresente resultados da avaliação de risco de viés entre os estudos (ver item 15).
Análises adicionais	23	Apresente resultados de análises adicionais, se realizadas (ex.: análise de sensibilidade ou subgrupos, metarregressão [ver item 16]).
DISCUSSÃO		
Sumário da evidência	24	Sumarize os resultados principais, incluindo a força de evidência para cada resultado; considere sua relevância para grupos-chave (ex.: profissionais da saúde, usuários e formuladores de políticas).
Limitações	25	Discuta limitações no nível dos estudos e dos desfechos (ex.: risco de viés) e no nível da revisão (ex.: obtenção incompleta de pesquisas identificadas, viés de relato).
Conclusões	26	Apresente a interpretação geral dos resultados no contexto de outras evidências e implicações para futuras pesquisas.
FINANCIAMENTO		
Financiamento	27	Descreva fontes de financiamento para a revisão sistemática e outros suportes (ex.: suprimento de dados); papel dos financiadores na revisão sistemática.

Fonte: (GALVÃO; ANDRADE; HARRAD, 2015).

3.3 Análise e Tratamento dos Dados

A presente pesquisa utilizou da análise de conteúdo para construir técnicas de tratamento de dados e comunicação. Nesse sentido, afirma Godoy (1995 apud BARDIN, p. 47, 2011) que a análise de conteúdo consiste em uma ilustração técnica metodológica que compreende caracterizar, estruturar ou modelar o material que será utilizado na pesquisa.

Ainda, sustenta Bardin (2011, p. 47) que a utilização da análise de conteúdo deve ser analisada sob três fases, tal como: pré-análise, exploração do material e tratamentos dos resultados. Na Figura 7, vejamos as três fases da utilização da análise de conteúdo:



Fonte: (Bardin, 2011, p. 47).

Nesse sentido, conforme demonstrado no esquema, a pré-análise é a primeira etapa da organização da Análise de Conteúdo, foi por meio dela que o pesquisador começou a organizar o seu material de estudo para que se tornasse útil à pesquisa. Assim, as ideias foram sistematizadas preliminarmente em quatro etapas, sendo: a leitura flutuante; escolha dos documentos; reformulações de objetivos e hipóteses e a formulação de indicadores, as quais deram fim à preparação do material como um todo, tal como foi realizado no escoreito trabalho (BARDIN, 2004, apud SOUZA; SANTOS, 2020).

A exploração do material, no que lhe concerne, buscou categorizar ou codificar o estudo. Isto é, nessa fase é o momento que ocorre a descrição analítica do estudo aprofundado que foi traçado, orientado pelas hipóteses e pelos referenciais teóricos que foram desenvolvidos (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, apud SOUZA; SANTOS, 2020).

Neste segmento, a definição das categorias é classificada, apontando os elementos constitutivos de uma analogia significativa na pesquisa, ou seja, os instrumentos que constituem o estudo da Teoria da Atividade e seus desdobramentos, tal como: o sujeito, o objeto, os artefatos mediadores, regras, comunidade e divisão do trabalho. Assim, a análise categorial consistiu no desmembramento e posterior agrupamento ou reagrupamento das unidades de registro do texto (BARDIN, 2010, apud SOUZA; SANTOS, 2020).

Além disso, as categorias de análise também contaram com as variáveis levantadas a partir da revisão sistemática da literatura, já a terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação, é destinada à busca de significação de mensagens através ou junto da mensagem primeira. Isto é, o momento da intuição, análise reflexiva e crítica, no qual o tratamento dos resultados teve a finalidade de constituir e captar os conteúdos contidos em todo o material coletado por meio dos instrumentos (BARDIN, 2010, p. 41, apud SOUZA; SANTOS, 2020).

À vista disto, conclui-se, portanto, que, em verdade, análise de conteúdo, é a melhor forma para parametrizar os dados colhidos em todo o escoreito, posto que será através destes que se chegou aos dados.

4. RESULTADOS

No que se refere ao capítulo que tratará acerca dos resultados, este representa os resultados propriamente ditos relativos à revisão sistemática da literatura acerca dos conceitos saúde mental, trabalhadores e Teoria da Atividade.

4.1 Revisão Sistemática da Literatura acerca da Saúde Mental, Trabalhadores e a Teoria da Atividade

A presente revisão sistemática se deu através da busca de artigos nos bancos de periódicos eletrônicos: SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), SCOPUS e *Web of Science*, a qual foi realizada por meio de constructos pensados conforme se apresenta no Quadro 1.

Quadro 1: Revisão Sistemática de Literatura

Bando de Dados	Expressão de busca
SciELO (<i>Scientific Electronic Library Online</i>)	(* <i>activity theory</i>) AND (<i>mental health</i>) OR (<i>suffering work</i>) OR (<i>mental illness</i>) OR (<i>work</i>) OR (<i>workers</i>) OR (<i>organization</i>)
SCOPUS	(TITLE (<i>activity theory</i>) AND ALL (<i>mental health</i>) OR ALL (<i>mental illness</i>) OR ALL (<i>suffering work</i>) AND ALL (<i>work</i>) OR ALL (<i>workers</i>) OR ALL (<i>organization</i>) AND NOT ALL (<i>Routine activity theory</i>)) AND (LIMIT-TO (OA, "all"))
<i>Web of Science</i>	" <i>Education and Educacional Research</i> ", " <i>Management</i> ", " <i>Social Psychology</i> " e " <i>Psyquiatry and Psychology</i> "

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

Nestes periódicos eletrônicos, foram identificados 876 artigos potencialmente relevantes, dividindo-se entre 46 artigos relativos à pesquisa junto à SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), 26 artigos relativos à pesquisa junto à SCOPUS e 804 artigos relativos à pesquisa junto à *Web of Science*.

Quanto à seleção dos 46 artigos encontrados na plataforma SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), quatro destes eram repetidos, restando, assim, 42 artigos potencialmente relevantes para a referida análise. Em seguida, utilizou-se, a aplicação de filtros para delimitar ainda mais os artigos, tal como "Brasil" e "Citáveis" que remetem aos artigos que citam as expressões de busca, retornando, assim, 29 artigos. Contudo, apenas cinco destes artigos foram mantidos após a leitura na íntegra.

No que se refere à seleção dos 26 artigos encontrados na plataforma SCOPUS, 22 destes possuíam acesso restrito e apenas quatro com acesso aberto. Contudo, dentre estes quatro artigos, nenhum deles preencheram os pressupostos da presente pesquisa, ou seja, não tinham conexão com o tema da presente pesquisa.

Com relação aos 804 artigos encontrados na plataforma *Web of Science*, utilizou-se da aplicação de filtros para selecionar os artigos potencialmente relevantes. O primeiro filtro aplicado se refere ao “Acesso Aberto”, o qual retornou com 187 artigos. Em seguida, aplicou-se um segundo filtro, como o tipo de documento, aplicando, assim, a opção “Artigo”, retornando à pesquisa 145 artigos.

Posteriormente, aplicou-se um terceiro filtro, o qual permitiu selecionar citações, ou seja, palavras que estariam presente no corpo dos artigos, sendo selecionados, portanto, as palavras "*Education and Educacional Research*", "*Management*", "*Social Psychology*" e "*Psyquiatry and Psychology*", os quais retornaram à pesquisa com 68 artigos, frente a estes 68 artigos, 28 destes eram potencialmente relevantes. Todavia, dentre estes 28 artigos, apenas 2 artigos foram selecionados após leitura na íntegra.

Logo, os artigos previamente selecionados para esta revisão sistemática da literatura se referem a 5 artigos encontrados na plataforma SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e 2 artigos encontrados junto a plataforma *Web of Science*, os quais passam a ser analisados a seguir.

4.1.1 Análise dos Resultados da Revisão Sistemática da Literatura acerca de Saúde Mental, Trabalhadores e Teoria da Atividade

Os artigos encontrados durante o presente estudo por meio dos seus respectivos títulos, tema relacionado ao objeto dessa pesquisa, definições, campo semântico e aspectos relacionais, tal como os cinco artigos encontrados na plataforma SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e dois artigos encontrados junto à plataforma *Web of Science* apresentados.

Após uma leitura minuciosa desses 7 artigos, verificou-se que apenas 3 artigos abordaram parcialmente o que a dissertação propõe. Sendo o primeiro artigo encontrado na plataforma SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), titulado como “Desenvolvimento da afetividade, das emoções e dos sentimentos humanos no (e fora do) trabalho: uma questão de saúde coletiva e segurança pública” elaborado por Lima

(2015), demonstra que a afetividade, as emoções e os sentimentos se ligam indissoluvelmente à dinâmica da atividade humana, em um processo de desenvolvimento subjetivo que não se desvincula do constante processo dialógico de apropriação e (re)apropriação de instrumentos de trabalho – sejam eles técnicos ou semióticos – e que, por isso mesmo, pode envolver sérias questões não só de saúde coletiva, mas também de segurança pública. Ou seja, o referido artigo aborda questões saúde coletiva e segurança pública, se aproximando parcialmente a proposta do presente.

O segundo artigo encontrado na plataforma SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), denominado como “Políticas de saúde do trabalhador no Brasil: contradições históricas e possibilidades de desenvolvimento” escrito por Hurtado et al. (2022) se refere ao desenvolvimento das políticas brasileiras em saúde do trabalhador a partir das contradições históricas. Isto é, o artigo trata políticas brasileiras em saúde do trabalhador, abordando parcialmente o que a presente dissertação dispõe.

E o terceiro artigo encontrado junto à plataforma *Web of Science*, denominado como “*Controversy and Growth Points in the Activity Theory in Psychology*”, em português “Pontos de Controvérsia e Crescimento na Teoria da Atividade em Psicologia” escrito por Andrey D. Maidansky (2021) trata acerca dos principais pontos de crescimento da psicologia por meio da análise de argumentos da Teoria da Atividade e de seus criadores. Isto é, abordando a questão da psicologia, tratando parcialmente sobre o tema proposto.

Desse modo, tal como amplamente demonstrado, a saúde, sobretudo a saúde mental dos trabalhadores de modo geral é produto de uma construção interna e externa que está diretamente ligada com a evolução histórica, como estes se desenvolveram e como são nos dias de hoje. Contudo, mesmo o tema sendo importante e a Teoria da Atividade sendo relevante frente ao presente estudo, sobretudo para o entendimento do ser humano, os trabalhos que tratam conjuntamente destes temas mostraram-se escassos na revisão realizada.

Isto porque, verificou-se que de um lado tem-se artigos que tratam sobre a saúde mental no trabalho, patologias, doenças desenvolvidas por trabalhos repetitivos, depressão e ansiedade, seja em tempos atuais, remotos ou até mesmo durante uma das maiores pandemias vividas e de outro lado artigos que tratam sobre a Teoria da Atividade, seu surgimento, natureza e desenvolvimento, mas poucos são

os artigos que tratam conjuntamente sobre a saúde mental dos trabalhadores e a Teoria da Atividade.

Dessa maneira, tendo em vista os resultados encontrados, observa-se que a quantidade de estudos relacionados à saúde mental de trabalhadores à luz da Teoria da Atividade é pouco expressiva e não apresenta um crescimento linear, ou seja, é perceptível a sua escassez, muito embora o tema seja importante para identificar inconsistências no meio organizacional.

Todavia, fato é que a tratativa desta problemática, em função de tantas outras problemáticas que também necessitam de tratamento, é esquecida, sendo deixada de lado e substituída por temas considerados pela academia como interessantes ou atuais.

Não obstante, os temas propostos nesta pesquisa podem se transformar em relevantes problemáticas organizacionais, as quais acarretarão prejuízos para os indivíduos, grupos, equipes de trabalho e até mesmo para a organização nas quais estes laboram de maneira integralizada.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A revisão sistemática da literatura destacou a carência de estudos abrangentes sobre esse tema, sinalizando a relevância desta pesquisa ao encontrar apenas 2 (dois) artigos encontrados na plataforma SciELO (Scientific Electronic Library Online) e 1 artigo encontrado junto a plataforma Web of Science, posto que não existem trabalhos que relacionem teoria da atividade à saúde mental e trabalho.

Foi observado que o ritmo de trabalho é acelerado, o que gera pressão sobre os funcionários para cumprir tarefas dentro de prazos rigorosos, as normas que regem a execução das tarefas são percebidas como demasiadamente rígidas, e os resultados esperados muitas vezes são afastados da realidade, criando expectativas difíceis de alcançar.

Assim, torna-se imperativo explorar alternativas viáveis para abordar esses desafios, sendo fundamental encontrar maneiras de alinhar o ritmo de trabalho com as capacidades dos funcionários, rever as políticas de prazo e normas para torná-las mais realistas e acessíveis, estabelecendo expectativas que estejam em sintonia com a realidade operacional, sob pena de incorrer na contribuição de graves danos à saúde, sobretudo a saúde mental dos trabalhadores.

Nesse sentido, cumpre destacar que a pressão constante para cumprir prazos específicos pode desencadear sentimentos de ansiedade, em razão da preocupação constante com o desempenho e o medo de não cumprir as expectativas, resultando em ataques de ansiedade, insônia e outros sintomas relacionados (TITTONI & NARDI, 2008).

Além disso, o estresse prolongado e a sensação de que os resultados esperados são difíceis de alcançar podem levar à depressão, justamente porque os trabalhadores se sentem desmotivados, desesperados e incapazes de encontrar satisfação em seu trabalho (PEREIRA & SCATOLIN, 2020).

Ademais, a combinação de um ritmo de trabalho acelerado, prazos específicos e normas rígidas podem levar ao esgotamento profissional, podendo resultar em exaustão física e emocional, redução da eficiência no trabalho e uma sensação de desgaste generalizado (CHIGA, 2023).

Outro ponto que deve ser enfatizado é a preocupação constante com o desempenho no trabalho e a necessidade de cumprir prazos, situação que pode influenciar no sono dos trabalhadores, contribuindo ainda mais para o estresse,

exaustão e esgotamento profissional, que podem resultar em exaustão física e emocional, redução da eficiência no trabalho e sensação de desgaste generalizado (CHIGA, 2023).

Isto é, os danos à saúde mental decorrentes do ambiente de trabalho são variados e dependem diretamente da qualidade de vida dos colaboradores, situação que muito provavelmente poderá se estender ao ambiente de trabalho, prejudicando relacionamentos pessoais, atividades de lazer e a satisfação geral com a vida.

Além disso, as disputas no ambiente de trabalho causam estresse prolongado associado a conflitos no trabalho gerando grandes impactos negativos à saúde física dos trabalhadores, contribuindo para problemas como hipertensão, problemas cardiovasculares e distúrbios gastrointestinais (TITTONI & NARDI, 2008).

Ademais, as disputas no ambiente de trabalho acabam por criar um clima de incerteza e preocupação constante, fazendo com que os trabalhadores se sintam ansiosos em relação a possíveis conflitos, tenham um ciclo negativo de produtividade, prejudicando a motivação (PEREIRA & SCATOLIN, 2020).

Dessa maneira, para que essas questões não se repitam em outras organizações, é importante que exista a criação de meios e instrumentos capazes de conscientizar os gestores, a criação de cartilhas para conscientizar os gestores não apenas irá prevenir problemas relacionados à saúde mental no ambiente de trabalho, mas também fomentará uma cultura organizacional que prioriza o bem-estar dos funcionários, construindo um local de trabalho mais saudável e produtivo (CHIGA, 2023; MATOS, 2022).

Logo, avaliar a saúde mental dos trabalhadores, bem como propor meios e instrumentos capazes de conscientizar os gestores, e sobretudo os profissionais, torna-se imperativo, justamente para que o tema possa ser tratado conjuntamente, e não mais de forma individualizada, tal como foi evidenciado através da revisão sistemática da literatura.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À vista disso, conclui-se, portanto, que a análise realizada nesta pesquisa explorou a interrelação entre as condições laborais, a organização do trabalho e as relações socioprofissionais dos profissionais ligados à educação em Direitos Humanos, revelando a influência desses fatores na saúde mental de cada indivíduo.

Elementos como ritmo acelerado, prazos específicos, normas regulamentares e disputas profissionais foram pontos específicos e impactantes e que podem, mesmo que a longo prazo, resultar na contribuição de problemas psíquicos, tal como o desencadeamento de ansiedade, depressão, esgotamento profissional, dentre outros problemas de saúde mental.

Portanto, a relevância da Teoria da Atividade se dá ao focar não apenas a individualidade, mas também as interações dos sujeitos com o ambiente de trabalho, posto que na comunidade estão outros indivíduos e subgrupos que compartilham o mesmo Objeto da atividade em questão, a Divisão do Trabalho marca a organização horizontal de tarefas e a organização vertical de poder (hierarquia) que existe no sistema de atividade e as Regras dizem respeito às regulamentações, normas e convenções, tanto explícitas quanto implícitas, que regem as ações naquele sistema de atividade (ENGESTRÖM; SANINNO, 2010).

Desta forma, levando em conta as evidências levantadas por autores como Pereira e Scatolin (2020) de que o estresse prolongado no ambiente de trabalho pode acarretar em problemas psicológicos, as considerações de Tittoni e Nardi (2008) sobre a pressão constante para cumprir prazos que pode desencadear em ataques de ansiedade, insônia e outros sintomas relacionados e a afirmação de Chiga (2023) de que normas rígidas podem levar ao esgotamento profissional ocasionando queda no desempenho, é possível notar que os eventos externos, assim como regras, comunidade e divisão do trabalho, podem afetar a saúde mental dos trabalhadores.

Essas situações, por sua vez, afetam não somente o indivíduo, mas também tem implicações no desenvolvimento da atividade e no objeto ao qual ela se destina, posto que essa pode se estender por toda a organização por meio dos sistemas de atividades interconectados, reforçando a importância de abordagens integradas para promover a saúde mental no ambiente de trabalho e garantir o bem-estar coletivo.

Ainda, frisa-se que as ferramentas oferecidas pela Teoria da Atividade, tal como as contradições, mediações e instrumentos, são poderosas para analisar as

complexidades do ambiente de trabalho e seu impacto na saúde mental (ENGESTRÖM; MIETTINEN; PUNAMÄKI, 1999, apud DUARTE, 2002).

Sendo assim, essa dissertação traz a Teoria da Atividade como proposta de um novo olhar diante das questões relacionados à saúde mental dos trabalhadores dentro de uma organização.

7. REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

ALMEIDA FILHO, Naomar. **O que é saúde?** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

ANTLOGA, Carla Sabrina; MAIA, Marina; PEIXOTO, Juliana; ROCHA CUNHA, Kamila. **Contexto de trabalho e custo humano no trabalho em um órgão do poder judiciário brasileiro**. Brasília: Ciênc. saúde coletiva, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320141912.22252013>. Acesso em: 27 de janeiro de 2023.

BARROS, Aidil; LEHFELD, Neide Aparecida. **Fundamentos de Metodologia: Um guia para a Iniciação científica**. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BENDASSOLLI, Pedro F. **Psicologia do Trabalho como Psicologia da Ação: O Aporte das Teorias da Atividade**. Natal, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8639>. Acesso em: 22 de janeiro de 2023.

CÂMARA, R. H. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações**. Content analysis: from theory to practice in social research applied to organizations. Brasília: Revista Interinstitucional de Psicologia, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2022.

CAMARGO; D. A; NEVES, S. N. H. **Série Saúde Mental e Trabalho: Transtornos Mentais, Saúde Mental e Trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; GHELLI, Kelma G. M. **Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa**. São Paulo: Cadernos da Fucamp, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/Aline%20Stephany/Downloads/2347-Texto%20do%20Artigo-8462-1-10-20210325\(1\).pdf](file:///C:/Users/Aline%20Stephany/Downloads/2347-Texto%20do%20Artigo-8462-1-10-20210325(1).pdf). Acesso em: 23 de janeiro de 2023.

CARVALHO, Bruno. L. P de. **Revolução Industrial: uma bibliografia comentada**. (Bibliografia Comentada). In: Café História – história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/revolucao-industrial-comentada/>. Publicado em: 29 jul. 2019. Acesso em: 15 de agosto de 2023.

CENCI, Adriane; DAMIANI, Magda F. **Desenvolvimento da Teoria Histórico-Cultural da Atividade em três gerações: Vygotsky, Leontiev e Engeström**. v. 43, n. 3, p. 919 – 948. Joaçaba: Roteiro, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18593/r.v43i3.16594>. Acesso em: 12 de janeiro de 2023.

CHIGA, André. **Manual de Saúde Mental nas empresas**. Brasília: Editor Andrew Simek, 2023. Disponível em: https://anadem.org.br/wp-content/uploads/2023/03/ANADEM-MANUAL-SAUDE-MENTAL-NAS-EMPRESAS_DIGITAL-1.pdf. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

COLE, Michael. **Cultural Psychology: A once and future discipline**. London: Belknap Press, 1996.

COUTINHO, Maria Chalfin. **Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 12, n. 2, p. 189-202, 2009.

DUARTE, Newton. **A Teoria da Atividade como uma abordagem para a pesquisa em educação**. Florianópolis: 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/Aline%20Stephany/Downloads/9646-Texto%20do%20Artigo-28783-1-10-20090305.pdf>. Acesso em: 22 de janeiro de 2022.

ENGESTRÖM, Yrjö. **A Teoria da Atividade histórico-cultural e suas contribuições à educação, saúde e comunicação: entrevista com Yrjö Engeström**. [Entrevista cedida a] Monica Lemos, Marco Antonio Pereira-Querol e Ildeberto Muniz de Almeida. Interface: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, SP, v. 17, n. 46, p. 715-727, jul./set. 2013.

ENGESTRÖM, Yrjö. **Expansive learning TA work: toward an activity-theoretical reconceptualization**. Journal of Education and Work, v. 14, n. 1, p. 133-156, 2001.

ENGESTRÖM, Yrjö. **Expansive visibilization of work: an activity-theoretical perspective**. Computer Supported Cooperative Work, v. 8, n. 1-2, p. 63-93, 1999.

ENGESTRÖM, Yrjö. **From teams to knots: activity-theoretical studies of collaboration and learning at work**. Nova York: Cambridge University Press, 2010.

ENGESTRÖM, Yrjö. **Learning by expanding: an activity-theoretical approach to developmental research**. Helsinki: Orienta-Konsultit Oy, 1987.

ENGESTRÖM, Yrjö. **Toward an activity-theoretical reconceptualization**. In: ILLERIS, Knud (org.). Contemporary theories of learning: Learning theorists... in their own words. Abingdon, UK: Routledge, 2009. p. 53-73.

FERREIRA, M.C.; MENDES, A. M. **Trabalho e riscos de adoecimento: o caso dos auditores fiscais da Previdência Social brasileira**. Brasília: LPA; FENAFISP, 2003.

FERREIRA, M.C; MENDES, A.M. **Trabalho e Riscos de Adoecimento: o caso dos Auditores-Fiscais da Previdência Social Brasileira**. Brasília: Ler,Pensar e Agir. 2003.

FONSECA, A. Fernandes. **Psiquiatria e Psicopatologia**. Lisboa: Fundação Calouste Goulbenkian, 1985.

GALVÃO, T. F; PANSANI, T. S. A; HARRAD, D. **Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA**. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>. Acesso em: 27 de janeiro de 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRYMUZA, Alissá Mariane Garcia; RÊGO, Rogéria G. **A Teoria da Atividade: Uma Possibilidade no Ensino de Matemática**. Revista Temas em Educação, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 117–138, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/20864>. Acesso em: 22 nov. 2022.

GUIMARÃES, L. A. M. **Saúde Mental e Trabalho**. Mato Grosso: Curso de Pós graduação à Distância, 2019. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/60674667/saude_mental_e_trabalho20190922-122485-1noe7wr-libre.pdf?1569214365=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DCurso_de_Pos_graduacao_a_Distancia_Saude.pdf&Expires=1696015386&Signature=OZLe6R4twvknocBriy1AgabCLnoCaNQ0WXhfVOjKm7T6wL8rOZDIATKHV7a0A9DvD8r2d69hZgCr92KPrgrGqaWA2nZH2mCgIU7J82AMV6Bj2L2x~Tp059h~5dj0dJtxq9~goEgqWUqdMxH~h~~e3qGWSGQUiPJ7ekK46gL-VYcVe8cEzCRnILNCORHzJHpDPWyGWFOMJ42JisMCD36weRJKu8OVeBALqMefedGu5ORa81EtmZr7fmb1qEKSwZNYXI323CJw4JJGI0UxWLYn2qL1ktN3jwutlTQ6tu~EfUewTMfkCaclhil4WO6tM8FyXoRkwierFA0fVKdyQFyFQ_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 12 de setembro de 2023.

HELOANI, J. R.; CAPITÃO, C. G. **Saúde Mental e Psicologia do Trabalho**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392003000200011>. Acesso em: 25 de dezembro de 2022.

JAWORSKI, Barbara; ROBINSON, Carol; MATTHEWS, Janett; CROFT, Tony. **An activity theory analysis of teaching goals versus student epistemological positions**. International Journal for Technology in Mathematics Education, v. 19, n. 4, p. 147-150, 2012.

JUNIOR, Paulo de Carvalho. **Podcasts no ensino de Alemão como Língua Estrangeira: um estudo do impacto de uma nova tecnologia (TEORIA DA ATIVIDADE)**. Dissertação (Pós-Graduação em Letras do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0912658_2011_cap_2.pdf. Acesso em: 05 de janeiro de 2023.

KARANASIOS, Stan; ALLEN, David K.; FINNEGAN, Patrick. **Activity theory in Information Systems Research**. Information Systems Journal, v. 28, n. 3, p. 439-441, 2018.

KARANASIOS, Stan; ALLEN, David. K.; FINNEGAN, P. **Activity theory in Information Systems Research**. Information Systems Journal, v. 28, n. 3, p. 439-441, 2018.

KREIN, Carline Engel. **O conceito ampliado de saúde e sua relação com a saúde mental**. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Luis/Desktop/21007-Texto%20do%20artigo-54494-1-2-20211018.pdf>. Acesso em: 12 de setembro de 2023.

LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. **Activity, consciousness and personality – 1978**. Translated: HALL, M. J.: Prencice Hall, 2000.

MARX, Karl. **O capital**. New York: International Publishers, 1975.

MATOS, Larissa Silva de Oliveira. **Cartilha de Saúde Mental e Trabalho: riscos e prevenção**. Ceará: UNILAB, 2022. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2022/09/CARTILHA-SAUDE-MENTAL-TRABALHO-2022.pdf>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

MEDEIROS, Simone Maria de Andrade. **A Teoria da Atividade em Vygotsky, Leontiev e Engeström: os fundamentos da aprendizagem expansiva**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e021051, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8657702>. Acesso em: 12 de junho de 2023.

MENDES, A. M. **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisa**. São Paulo: Editora Casa Psi., 2007.

MENDES, Ana Magnólia; FERREIRA, M. C. **Validação do Inventário Sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA)**. In: Congresso Regional de la Sociedad Interamericana de Psicología, 2006, Havana Cuba. Anais do Congresso Regional de la Sociedad Interamericana de Psicología, 2006.

MENDES, Ana Magnólia; FERREIRA, M. C., FACAS, E. P., & VIEIRA, A. P. **Validação do inventário de Trabalho e Riscos de Adoecimento – ITRA**. In: Congresso norte e nordeste, 2005.

MENDES, R.; DIAS, E.C. **Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador**. São Paulo: Revista Saúde Pública, 1991.

NOGUEIRA, Ana Felipa Magalhães. **Saúde Mental no local de trabalho: a necessidade e importância da criação de um programa de promoção de saúde mental e bem-estar em contexto laboral**. 73 f. Dissertação (Mestre em Gestão de Pessoas/Organizações) – Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto. Portugal: P. Porto, 2020. Disponível em: https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/17530/1/DM_Ana%20Nogueira.pdf. Acesso em: 01 de novembro de 2023.

PAPARELLI, Renata; SATO, Leny; OLIVEIRA, Fábio. **A saúde mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais da saúde**. Work-related mental health and challenges for healthcare personnel. São Paulo: Revista Bras., 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572011000100011>. Acesso em: 12 de junho de 2023.

PEREIRA, Letícia Rossetti; SCATOLIN, Henrique Guilherme. **Saúde Mental e Trabalho: Do sofrimento ao adoecimento psíquico nas organizações frente às tecnologias e formas de gestão.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 03, Vol. 09, pp. 139-152, 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/saude-mental-e-trabalho>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do Trabalho.** São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

RYAN, T. **Determinação do tamanho da amostra e poder.** John Wiley e Filhos. 2013.

SANDARS, John. **An activity theory perspective.** Work Based Learning in Primary Care, v. 3, n. 3, p. 191-201, Sept. 2005.

SCLIAR, Moacyr. **História do conceito de saúde.** Physis: Revista De Saúde Coletiva, 17(1), 29–41, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100003>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações.** [recurso eletrônico] Tradutor, Compilador, Introdução: Norberto de Paula Lima e Maxim Behar. 4^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

SOUZA, J.C.R.P; GUIMARÃES, L.A.M. **Insônia e Qualidade de Vida.** Campo Grande: UCDB, 1999.

TITTONI, Jaqueline; NARDI, Henrique Caetano. **Saúde mental e trabalho: reflexões a partir de estudos com trabalhadores afastados do trabalho por adoecimento profissional.** In JACQUES, MGC., et al. org. Relações sociais e ética [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 70- 80. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/6j3gx/pdf/jacques-9788599662892-10.pdf>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

WEILL-FASSINA, Annie; DUBOIS, Danièle; RABARDEL, Pierre. **Représentations pour l'action.** Toulouse: Octarès, 1993.

YAMANE, T. **Statistics: An Introductory Analysis.** 2^a Edição, Nova York: Harper e Row, 1967.